

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
ÍNDICE DE AUTORES.....	19

CAPÍTULO 1 DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

1. O novo processo do consumidor	
ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	25
2. Revendo a competência da Justiça Federal em matéria de relações de consumo	
ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS.....	41
3. Eficácia civil da sentença penal condenatória no Código do Consumidor	
ARAKEN DE ASSIS	59
4. Anotações sobre as perplexidades e os caminhos do processo civil contemporâneo	
ARRUDA ALVIM	73
5. Controle judicial dos contratos de adesão	
ASDRUBAL FRANCO NASCIMBENI.....	97
6. A defesa do consumidor em juízo	
CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA	149
7. Promotorias de Justiça do consumidor	
JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO	161
8. Código do Consumidor e Processo Civil. Aspectos polêmicos	
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI	185
9. A tutela específica do consumidor	
LUIZ GUILHERME MARINONI.....	199

10. Análise de alguns princípios do processo civil à luz do Título III do Código de Proteção e Defesa do Consumidor	
MARCELO ABELHA RODRIGUES	251
11. Aspectos do processo civil no Código de Defesa do Consumidor	
NELSON NERY JUNIOR.....	301
12. Interesses difusos e coletivos	
RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO	321
13. Questões processuais em lides de consumo	
ROGÉRIO ZUEL GOMES.....	345
14. Competência relativa de foro e a ordem pública	
ROSA MARIA B. B. DE ANDRADE NERY.....	379
15. O Ministério Público e a defesa do consumidor individualmente considerado	
ROSANA GRINBERG.....	385
16. O acesso do consumidor à justiça no Brasil	
RUY ROSADO DE AGUIAR JR.....	391
17. Proposta de criação de varas especializadas em “demandas individuais” de consumo e varas especializadas em “demandas coletivas” em geral	
WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR, ADA PELLEGRINI GRINOVER, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, KAZUO WATANABE E CAETANO LAGRSTA NETO	401
18. A garantia de participação efetiva das entidades de defesa dos consumidores nos recursos repetitivos	
WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA E BRUNA CAVALCANTE LAMOUNIER FERREIRA	405

CAPÍTULO 2

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

19. A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	
ANDRÉ GUSTAVO C. DE ANDRADE	431
20. Ônus da prova no Código do Consumidor	
BELINDA PEREIRA DA CUNHA	461

21. A inversão judicial do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	
BRUNO FREIRE E SILVA.....	475
22. Notas sobre a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor	
CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA	489
23. Inversão do ônus da prova e tutela dos direitos transindividuais	
EDUARDO CAMBI	509
24. O ônus da prova no Código do Consumidor	
ERNANE FIDELIS DOS SANTOS	515
25. Ainda a inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	
MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO	527
26. A inversão do ônus da prova na ação civil pública proposta pelo Ministério Público em defesa dos consumidores	
PLÍNIO LACERDA MARTINS	561
27. Anotações sobre o ônus da prova no Código de Processo Civil e no Código de Defesa do Consumidor	
VOLTAIRE DE LIMA MORAES	575

CAPÍTULO 3 AÇÕES COLETIVAS E COISA JULGADA

28. A ação civil pública e a defesa de interesses individuais homogêneos	
ADA PELLEGRINI GRINOVER	587
29. A defesa coletiva dos consumidores no Brasil	
ADALBERTO PASQUALOTTO	611
30. Aspectos da ação civil pública em matéria de consumo	
ADRIANO PERÁCIO DE PAULA	623
31. A abrangência nacional de decisão judicial em ações coletivas	
ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS	647

32. Ordem dos Advogados do Brasil – Legitimidade para postular a tutela de direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos em defesa do consumidor	
EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE E MARLI APARECIDA SAMPAIO	657
33. Interessi diffusi	
GUIDO ALPA.....	663
34. A ação civil coletiva para a defesa dos interesses ou direitos individuais homogêneos	
JOÃO BATISTA DE ALMEIDA	683
35. O princípio da dimensão coletiva das relações de consumo	
JOSÉ AUGUSTO GARCIA	695
36. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense	
KAZUO WATANABE	755
37. Relação jurídica entre concessionária de serviço de telefonia fixa e provedor de Internet	
NELSON NERY JUNIOR.....	769
38. A coisa julgada <i>erga omnes</i> nas ações coletivas (Código do Consumidor) e a Lei 9.494/1997	
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES	791
39. Legitimidade para a defesa dos interesses coletivos <i>lato sensu</i> , decorrentes de questões de massa	
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES	823
40. Defesa do consumidor: reflexões acerca da eventual concomitância de ações coletivas e individuais	
RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO	879

CAPÍTULO 4

DEFESA ADMINISTRATIVA DO CONSUMIDOR E MODOS DE SOLUÇÃO ALTERNATIVOS

41. Da arbitragem nas relações de consumo	
ADRIANO PERÁCIO DE PAULA	889
42. Tutela administrativa e relações de consumo	
ÁLVARO LAZZARINI	909

43. A arbitragem e o direito do consumidor	
ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO	925
44. A defesa administrativa do consumidor no Brasil	
BRUNO MIRAGEM.....	935
45. Arbitragem e os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	
EVANDRO ZULIANI	987
46. Arbitragem nas relações de consumo	
FÁTIMA NANCY ANDRIGHI.....	1049
47. Considerações sobre o direito administrativo do consumidor	
FERNANDO COSTA DE AZEVEDO.....	1059
48. Conflitos de consumo e juízo arbitral	
JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO	1117
49. O Código, a política e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	
LUIZ AMARAL.....	1135
50. A regulamentação das sanções administrativas do Código de Defesa do Consumidor	
MARCELINO R. DA SILVA NETO	1145

CAPÍTULO 5

CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO

51. Das penas na Lei Penal do Consumidor – arts. 77 e 78 do CDC	
ANTONIO CEZAR LIMA DA FONSECA	1169
52. O direito penal do consumidor	
ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN.....	1187
53. Crimes de consumo no Código de Defesa do Consumidor	
ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN.....	1215
54. Nova visão da natureza dos crimes contra as relações de consumo	
DAMÁSIO E. DE JESUS.....	1253

55. Natureza jurídica dos crimes contra as relações de consumo	
DAMÁSIO E. DE JESUS	1265
56. A tutela penal do consumidor e a criminalização da pessoa jurídica	
ELADIO LECEY.....	1289
57. Crimes contra o consumidor	
JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO	1299
58. Aspectos penais do Código de Defesa do Consumidor	
MANOEL PEDRO PIMENTEL	1309
59. O direito penal econômico e o direito penal de defesa do consumidor como instrumentos de resguardo da ordem pública econômica	
MARCO ANTONIO ZANELATO	1327
60. O sancionamento penal da violação do dever de informar no Código de Defesa do Consumidor	
MARCO ANTONIO ZANELATO	1349
61. Introdução aos crimes contra o consumidor	
ODONE SANGUINÉ	1363
62. Tutela jurisdicional dos direitos e interesses coletivos no Código do Consumidor	
ROGÉRIO JOSÉ FERRAZ DONNINI.....	1389

